

21- CONTROLE DOS JUROS

Claro! Aqui está um resumo estruturado das principais ideias e propostas apresentadas no texto para combater os juros abusivos do cartão de crédito e outras formas de crédito ao consumidor.

O texto propõe um **combate multidimensional** aos juros abusivos, envolvendo ações do poder público, do sistema financeiro e da sociedade civil. As soluções são divididas em seis eixos principais, complementadas por dois modelos de projeto de lei.

Resumo das 6 Estratégias Principais

1. **Limitação Legal dos Juros (via Congresso e CMN):**
 - a. Estabelecer um **teto máximo** para os juros, inspirado no que já existe para o crédito consignado.
 - b. **Vincular as taxas** a um índice oficial, como a Taxa Selic ou INPC, mais uma margem de lucro controlada.
2. **Maior Fiscalização pelo Banco Central:**
 - a. **Exigir transparência total** sobre o Custo Efetivo Total (CET) antes da contratação de qualquer empréstimo.
 - b. **Punir práticas abusivas** com multas às instituições que cobrarem juros excessivos ou usarem cláusulas enganosas.
3. **Criação de Alternativas Públicas (Banco do Brasil e Caixa):**
 - a. Bancos públicos deveriam oferecer **cartões de crédito com juros baixos** (ex.: Selic + 10% ao ano) para forçar a concorrência do setor privado a baixar as taxas.
 - b. Ampliar **linhas de crédito emergenciais** acessíveis, como o empréstimo consignado público.
4. **Ação do Ministério da Justiça e Procon:**
 - a. Movimentar **ações judiciais coletivas** contra os bancos com base no Código de Defesa do Consumidor (CDC).
 - b. Promover **campanhas de educação financeira** para orientar a população a evitar o uso do rotativo do cartão.
5. **Pressão Popular e Mobilização:**
 - a. Criar **Projetos de Lei de Iniciativa Popular** para propor leis que limitem os juros.
 - b. Apoiar e pressionar pela aprovação de **projetos já existentes**, como o PL 3.885/2020.
6. **Judicialização (via STF e STJ):**
 - a. Levar ao Supremo Tribunal Federal (STF) a discussão sobre a **inconstitucionalidade** dos juros altos, com base no Art. 192 da Constituição.
 - b. Buscar no Superior Tribunal de Justiça (STJ) a **unificação de entendimentos** para definir patamares de juros que são considerados abusivos.

Propostas de Projeto de Lei (Modelos)

O texto apresenta dois modelos de projeto de lei, um mais pragmático e outro mais "revolucionário", com os seguintes pontos em comum:

Pontos-chave dos Projetos de Lei:

- **Estabelecimento de Tetos:** Definem percentuais máximos anuais para diferentes modalidades (ex.: rotativo a 30% ao ano, parcelamento a 12%).
- **Proibição de Práticas Abusivas:** Vedam o anatocismo (juros sobre juros) e o aumento unilateral de taxas.
- **Transparência Forçada:** Obrigam a exibição clara do Custo Efetivo Total (CET) e a comparação com outras opções de crédito.
- **Crédito Público Acessível:** Determinam que bancos públicos (Caixa, BB) ofereçam linhas de crédito com juros baixos.
- **Fiscalização e Penalidades:** Preveem multas pesadas para o descumprimento da lei.
- **Educação Financeira:** Incluem a obrigatoriedade de alerta nos contratos.

Ideias Inovadoras do Projeto "Revolucionário":

- Criação de um **Índice de Justiça Financeira (IJF)** para um teto dinâmico.
- **"Ícone de Vergonha Nacional"** em contratos com juros muito altos.
- **Tribunal Nacional de Crimes Financeiros** com poderes amplos, incluindo intervenção em bancos.

Conclusão Geral

O texto defende que **acabar com os juros abusivos exige uma ação conjunta** do Legislativo, Banco Central, Justiça e sociedade. Enquanto essas mudanças estruturais não acontecem, a recomendação para o consumidor é:

- **Evitar** ao máximo o uso do rotativo do cartão.
- **Negociar** dívidas diretamente com os bancos.
- Buscar **alternativas de crédito mais baratas**, como o empréstimo consignado.